

CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS PARA A TERAPIA SISTÊMICA DE FAMÍLIA

APORTES CONCEPTUALES A LA TERAPIA FAMILIAR SISTÉMICA

CONCEPTUAL CONTRIBUTIONS TO SYSTEMIC FAMILY THERAPY

RESUMO: A terapia de família sistêmica considera pessoas e grupos em suas formas de estar no mundo, seus contextos de vida e relações. O sofrimento social e alguns outros conceitos e noções, como a interseccionalidade, têm muito a contribuir para a ampliação e aprofundamento da visão sistêmica. A antropóloga Veena Das é uma das autoras e pesquisadoras sobre o sofrimento social que, integrado às ideias de experiência, cotidiano, voz, testemunho e o trabalho do tempo, acrescenta dimensões interessantes e úteis aos terapeutas de família.

Palavras-chave: sofrimento social; visão sistêmica; conceitos; terapia de família; Veena Das

ABSTRACT: Systemic family therapy considers people and groups in their ways of being in the world, their life context and relationships. Social suffering and other concepts and notions, such as intersectionality, have much to contribute to broadening and deepening the systemic vision. Anthropologist Veena Das is one of the authors and researchers on social suffering which, integrated with the ideas of experience, everyday life, voice, testimony and the work of time, adds interesting and useful dimensions to family therapists.

Key words: Social suffering; systemic view; concepts; family therapy; Veena Das

RESUMEN: La terapia familiar sistémica considera a las personas y a los grupos en sus formas de estar en el mundo, sus contextos de vida y sus relaciones. El sufrimiento social y algunos otros conceptos y nociones, como la interseccionalidad, tienen mucho que aportar a la expansión y profundización de la visión sistémica. La antropóloga Veena Das es una de las autoras e investigadoras sobre el sufrimiento social que, integrado con las ideas de la experiencia, la vida cotidiana, la voz, el testimonio y el trabajo del tiempo, añade dimensiones interesantes y útiles a los terapeutas familiares.

Palabras clave: sufrimiento social; visión sistémica; conceptos; terapia familiar; Veena Das

CRISTINA CAMPOS VILLAÇA

Associação de terapia de Família RJ - ATF-RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v34i81.786>

Recebido em: 01/03/2024
Aceito em: 29/02/2025



INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado deriva da dissertação de mestrado “Sofrimento Social no trabalho da Atenção Primária à Saúde: a experiência dos Agentes Comunitários de Saúde em tempos de pandemia por Covid-19” (Villaça, 2021), defendida em outubro de 2021, na ENSP/FIOCRUZ. Toda a pesquisa e estudo realizados estiveram o tempo todo em diálogo com as teorias e práticas da terapia de família. Aos terapeutas de família que realizam atendimento social, para os institutos formadores de terapia de família que atendem em clínica social, para nós, da Associação de Terapia de Família do Rio de Janeiro (ATF-RJ), que, além do Atendimento Social, promovemos uma Capacitação em Atendimento a Grupos Multifamiliares e estamos implantando esse trabalho em escolas municipais do Rio de Janeiro, de Niterói e de Cabo Frio, os conceitos descritos aqui podem ser ainda mais úteis e complementares à formação clínica.

A noção de sofrimento social reconhece e considera que o sofrimento sobrecarrega vidas individuais, adoecendo e matando, e que esse sofrimento se expande para o social, assim como pode vir do social para os indivíduos. Essa noção colabora em análises mais holísticas para a saúde integral de pessoas, grupos e populações.

Veena Das, antropóloga indiana radicada nos Estados Unidos da América (EUA), cuja obra apresenta interseções com as realidades das/dos brasileiras/os, dedica-se a compreender como as pessoas e suas coletividades resistem e recuperam suas formas de vida cotidiana após terem sido arrasadas por eventos críticos extraordinários, frutos de violências diversas que trazem dor e sofrimento. Parte de seus estudos estão voltados às questões de saúde e doença, valorizando a atuação dos profissionais de saúde, a qual vai muito além da troca de serviços terapêuticos, conectando e utilizando diferentes saberes no cuidado (Bispo & Das, 2018).

A antropóloga está mais conhecida no Brasil e presente em trabalhos e estudos na formação acadêmica brasileira a partir da década de 1990. Os estudos e pesquisas de Das mostram similaridades, em muitos aspectos, com as realidades brasileiras em tópicos como relação com a centralidade euro-americana, violência, práticas do Estado nas periferias, cotidiano, tempo e sofrimento, com elaborações teóricas, metodológicas e ético-políticas reconhecidas globalmente (Vianna, 2020).

Das (2020a) avisa que os conceitos que lhe são úteis emergem do engajamento na vida cotidiana: são humildes, diários, não magistrais, principalmente quando estão acrescidos dos nomes de Wittgenstein e Cavell, seus filósofos mais companheiros. A autora cita muitas noções, das quais se apropria, do léxico de Wittgenstein, como formas de vida, gramática filosófica, dor, dúvida, ceticismo, conceitos, ordinário, cotidiano, humano, entre muitas outras. Não parece se preocupar em criar seus próprios conceitos, se pode, de seu modo particular, seguir junto com as descrições já bem elaboradas de outros autores com os quais se identifica. Contudo, conceitos e noções brotam de seu pensamento, fluindo de tal forma em seu texto que podem parecer casuais, poéticos ou simples palavras.

As reflexões de Veena Das a respeito de eventos críticos que descem à vida cotidiana, enraizando-se na experiência comum, trazendo dor, mas também arranjos que tornam possível habitar um mundo onde a vida está desorganizada, trazem importantes contribuições para a compreensão de impactos produzidos pelo evento crítico da Pandemia por Corona Vírus de 2019 (Covid-19). Estamos todos afetados por esses impactos: a Covid-19 veio desnudar e agudizar muitas outras pandemias: precarização, desigualdade, racismo, exclusão, descaso, corrupção, entre tantos vírus nocivos do nosso corpo social.

Essa sobreposição de pandemias ampliou as desigualdades sociais, “diferenças no estado de saúde entre grupos definidos por características sociais, tais como riqueza,

educação, ocupação, raça e etnia, gênero e condições do local de moradia ou trabalho” (Barata, 2009, p. 11), assim como ampliou as desigualdades nas condições de saúde e do sofrer. A pandemia redimensionou o sofrimento social, particularmente dos grupos mais vulneráveis, afetados pela injustiça social e pelo desrespeito aos direitos sociais e humanos. A inclusão de elementos contextuais e a análise de fatores contribuintes do sofrimento social podem gerar efeitos transformadores ao processo terapêutico de famílias, grupos e indivíduos.

SOFRIMENTO SOCIAL

O sofrimento social, ou sofrimentos sociais, podem ser entendidos como uma investigação da possibilidade de que desigualdades e injustiças sociais, concretizadas por políticas públicas, entre outros meios, influenciem diretamente a experiência de vida e trabalho dos indivíduos e coletividades. Seus efeitos podem trazer formas de sofrimento individual e coletivo, impactando profundamente o cotidiano das pessoas e das famílias. A experiência do sofrimento social, a dor de homens e mulheres inseridos no mundo social, é uma experiência limitadora da condição humana (Werlang & Mendes, 2013). Essa experiência limitadora é vivenciada em múltiplas formas da vida cotidiana, calando vozes, abatendo ânimos, adoecendo, acinzentando a vida.

Cavell (2007) afirma que a tarefa de estudar o sofrimento social permite que uma sociedade saiba qual é sua capacidade de infligir sofrimento a si mesma. Estudar o caos é uma forma de espelhar o que a sociedade entende ser sua ordem. O filósofo coloca a sua necessidade de falar sobre “as pequenas mortes da vida cotidiana”, tais como as descortesias, os ressentimentos, a impaciência, o amargor, o narcisismo, o tédio, entre muitas outras. Pequenas mortes, diz ele, alimentadas, magnificadas e inflamadas “pelas fontes consagradas de inimizade social, isto é, pelo racismo, sexismo, elitismo e assim por diante” (Cavell, 2007, p.18).

As lentes do sofrimento social focam na interrelação entre o social e o particular, subjetividade e intersubjetividade, permitindo um olhar terapêutico multidimensional, complexo e mais abrangente. A relação entre saúde mental e sofrimento social é uma questão pouco estudada e merece atenção, sendo uma noção que penetra em vários campos científicos. Uma de suas premissas relevantes considera que não há sofrimento/mal-estar que exista independente das dinâmicas sociais, dos interesses políticos-econômicos-culturais que geram, alimentam, controlam e utilizam o sofrimento social em suas múltiplas dimensões: física, psicológica, moral e social (Pussetti & Brazzabeni, 2011).

Estudar relações requer uma visão de complexidade, de um mosaico de elementos que se interconectam de forma dinâmica, interseccionados em movimento, por isso precisam estar situados histórica e contextualmente. Não é um processo linear, de causa e efeito; o sofrimento social é um estudo de relações entre indivíduo e sociedade, macrocosmo e microcosmo (Bourdieu, 2004), o privado e o público, o singular e o coletivo. Se as desigualdades, as políticas públicas distorcidas impactam negativamente a vida de cada pessoa inserida na população atingida por essas políticas, o inverso também acontece: o mal-estar individual contamina negativamente o social e assim fica criada uma espiral de doenças, sofrimento, uma sociedade adoecida. Minorar o sofrimento individual e dos coletivos menores contribui para impactar positivamente o social mais amplo.

Uma pandemia ocupou, paralisou, revirou todo o planeta simultaneamente. Ela foi um evento crítico extraordinário, no conceito de Veena Das (Das, 2020a), de dimensões nunca vistas pelas gerações que vivem esse momento histórico, em escala global inédita. A antropóloga Das durante décadas estudou o modo como eventos

extraordinários, que atingem violentamente a vida de milhões de pessoas, grudam seus tentáculos na vida cotidiana e se moldam nas reentrâncias do ordinário. Sua preocupação é com a relação escorregadia entre o coletivo e o individual, entre categoria e o enredo das histórias individuais (Das, 2020b).

O sofrimento é social não apenas por ter raízes e acontecer em condições sociais específicas, mas por ser um processo social corporificado nos sujeitos históricos. A partir de Kleinman, um dos principais estudiosos e autor de livro sobre o tema, a antropóloga Ceres Victora discute três faces do sofrimento social: (1) as apropriações autorizadas ou contestadas do sofrimento coletivo; (2) a medicalização da vida e (3) o sofrimento na relação com as políticas públicas. A autora descortina um olhar para esse fenômeno voltado para os processos sociais, políticos, culturais e econômicos que, combinados, “engendram formas corporificadas de sofrimento e para como essas formas [...] também contribuem para a especificidade da vida social” (Victora, 2011, p. 4).

Victora revela como no debate sobre o sofrimento deseja-se mostrar que diferentes tempos e sociedades produzem certos tipos de sofrimento corporificados nos sujeitos daquele momento histórico. A autora reflete que, para reconhecer um processo de sofrimento social, é necessário enfrentar o desafio que a indissociabilidade das dimensões físicas, psicológicas, morais e sociais impõe sobre nossas formas usuais de conhecer e lidar com os fenômenos humanos (Victora, 2011). Esse desafio pode ser enfrentado por meio das lentes da interseccionalidade.

INTERSECCIONALIDADE

O conceito de interseccionalidade pode ser entendido como um fio que costura diferentes aspectos da experiência e do cotidiano, uma lente que une elementos que podem parecer dispersos, mas não só estão intimamente conectados como atuam dialeticamente uns com os outros, potencializando-se e desenhando juntos um quadro de imagem mais nítida. A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins & Bilge, 2021).

Autoras do livro *Interseccionalidade*, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge são duas das maiores referências na área. Na elaboração de seu livro, Collins e Bilge (2021) afirmam ter descoberto o quanto dialogar é uma tarefa árdua, a partir da experiência de colocarem em prática entre elas mesmas o que propõem no metalivro: engajar-se dialogicamente, a partir de suas convergentes, ainda que diferentes, experiências, no intuito de escrever seu mergulho nas complexidades da interseccionalidade. Em seu texto sobre desigualdade, Collins e Bilge (2021, p. 43) afirmam que:

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para as várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. [...] Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam

desproporcionalmente delas. Análises interseccionais mostram como a estrutura da disparidade de desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero para as mulheres de cor.

A análise interseccional dificulta explicações somente de classe para a desigualdade econômica global e como as políticas públicas diferenciais dos Estados-nação contribuem para reduzir ou agravar a crescente desigualdade global. As políticas públicas podem fortalecer as instituições democráticas, combatendo o desemprego, a pobreza, a discriminação racial e de gênero, a falta de moradia, analfabetismo, saúde precária e problemas sociais semelhantes que ameaçam o bem público (Collins & Bilge, 2021).

Uma possível análise interseccional pode ser realizada, por exemplo, entre as categorias de vulnerabilidade, desigualdade e comorbidade social, presentes na experiência e no cotidiano de vida da maioria de nossa população. As categorias de desigualdade e vulnerabilidade são políticas e situadas há décadas na América Latina, referindo-se a problemas complexos expostos e aprofundados pela pandemia que atingiram de forma assimétrica os brasileiros (Peres, 2021). A apresentação de pesquisas realizadas durante a pandemia propõe um olhar para comorbidades sociais, um termo emprestado da área da saúde, que se refere ao

acúmulo (a coexistência) de múltiplas patologias sociais em um determinado território ou em uma determinada sociedade que tornam determinados municípios/grupos mais suscetíveis à rápida propagação da doença e/ou ao registro do número mais elevado de casos e óbitos por Covid-19. (Peres, 2021, p. 13)

No lançamento de seu livro em português, Collins fez referência à Interseccionalidade como uma metáfora que fala sobre um lugar de encontro, onde projetos diversos podem se ouvir e, por meio do engajamento dialógico intelectual e político, fortalecer iniciativas de justiça social. A autora reafirma que aplicar lentes de racialidade, gênero, classe e sexualidade a atos de violência produz um retrato mais completo da realidade. Essas lentes situam historicamente, contextualmente, em múltiplas dimensões, as experiências e o cotidiano da vida de famílias, grupos e indivíduos com os quais trabalhamos.

EXPERIÊNCIA E COTIDIANO

Experiência tem todas as características desafiadoras para uma conceituação há muito enfrentada por grandes pensadores e está continuamente em discussão. A intenção aqui é delinear minimamente o tema, sem a pretensão de aprofundar ou expandir essa discussão. Aqui, a experiência pode ser compreendida como uma trama de discursos e práticas que nos formam e não é geral, mas situada cultural e historicamente, e é essa trama que constitui nossa experiência possível a cada momento e em cada lugar.

López (2011) descreve o conceito de experiência apresentado em Foucault como uma constelação composta de três domínios, vinculados entre si: os jogos da verdade, as relações de poder e as formas de subjetividade. Para esse autor, toda a sua obra está perpassada por uma tensão entre estabelecer os limites da experiência histórica e a experiência do próprio limite, colocando em relação a experiência em si e as formas de subjetividade com as quais se integra.

A análise do conceito de experiência em Foucault e Thompson, historiador inglês, está no foco do trabalho de Nicolazzi (2004), a partir de como eles pensam a construção do sujeito histórico dentro de uma narrativa histórica, um campo de ação particular, caracterizado pela temporalidade. Segundo esse autor, Foucault apresenta diversos significados para a palavra experiência ao longo de sua obra, correlacionando cada vez mais, em seus momentos finais, os conceitos de experiência e subjetividade. Essa correlação intui “uma atitude histórico-crítica a partir da qual serão constituídos os sujeitos históricos segundo processos definidos historicamente” (Nicolazzi, 2004, p. 104).

Thompson (1987), por sua vez, em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, trata o processo histórico como um espaço de ação no qual se constitui o sujeito da experiência. O historiador considera o âmbito da cultura como lugar primeiro da experiência, sendo este âmbito o mediador entre o ser social e a consciência social. Thompson desenvolve aspectos importantes para pensar a experiência e a formação humana, numa dialética entre realidade e pensamento, compreendendo, por exemplo, como classe e consciência de classe vão se formando juntas na experiência (Nicolazzi, 2004).

Walter Benjamin é outro importante pensador que se debruçou sobre o tema, desenvolvendo uma teoria da experiência em diálogo com a teoria do conhecimento, principalmente em Kant, e com questões de ética e verdade. Benjamin realizou um estudo progressivo, ao longo de sua obra, do conceito de experiência (*erfahrung*) ao de vivência (*erlebnis*). Num primeiro momento, considerou experiência como um conhecimento tradicional passado geracionalmente e, em um segundo momento, como vivência, considerou experiência como uma sensibilidade (Lima & Baptista, 2013).

Um dos conceitos fundamentais que guia Veena Das em sua etnografia é o de experiência de Wittgenstein. O termo experiência, dentro de diversos marcos filosóficos, assume conotações que vão desde a mera percepção sensorial até a vivência, o modo subjetivo de se engajar com uma realidade. Um sentido básico seria a captação articulada entre realidades e possibilidades, reflete Porta (2002), sendo a noção de experiência um jogo dinâmico entre certezas (vitais) e tentativas de conhecimento (racional). Em Wittgenstein, a experiência vai para além da percepção porque abarca uma parte de conscientização, mas não compartilha da subjetividade que caracteriza a vivência (Porta, 2002).

Wittgenstein estabelece uma diferença na linguagem entre o espaço da experiência imediata e o espaço da linguagem física (Porta, 2002). O primeiro se caracteriza por ser conclusivo na linguagem, uma articulação da experiência imediata (tenho dor, por exemplo) que se verifica simplesmente por ter a experiência respectiva (a dor), ela é a experiência em si. A experiência imediata pode ser entendida tanto no âmbito das sensações como no âmbito dos sentimentos, ou na interseção de ambos, uma ponte entre a percepção e o psicológico.

A linguagem física se constitui de hipóteses, é mediada por referências, padrões-medida que não conferem exatidão, mas aproximação através de comparação. Ambas as linguagens constituem uma só linguagem do ordinário, a única que temos disponível e cujos diversos registros empregamos em todos os âmbitos de nossa vida. A experiência imediata é particular do indivíduo que a vivencia e narra, não cabendo ser contraditada por outras pessoas – por isso é conclusiva na linguagem. A linguagem física é uma aproximação racional da experiência do outro, mediada por referências hipotéticas e impossível de ser genuinamente apreendida ou sentida (Porta, 2002)..

À pergunta sobre de onde as pessoas tiram energia, em meio a aflição, para tornar a vida vivível, Das afirma que as respostas estão nas experiências da vida cotidiana dessas pessoas. “O que é recolher os pedaços e viver nesse lugar de devastação?” (Das, 2020a, p. 27). Como os sobreviventes reconstroem suas vidas, recolhendo cacos e descobrindo como e para onde seguir, no mesmo espaço de algo que se acabou?

Com esses questionamentos, Das (2020a) coloca em uso dois conceitos muito caros em sua obra: experiência e cotidiano. Como preâmbulo, já avisa sobre a dificuldade de falar de assuntos que apresentam um ar de obviedade, como a noção de cotidiano, e elege questões de escala e complexidade, desenvolvidos pela colega Marilyn Strarthen, como elementos para enfrentar essa dificuldade. Escala e complexidade colocam experiência e cotidiano em perspectiva e, assim, Das vai do micro ao macro, e vice-versa, do cotidiano de pessoas à organização do Estado e das violências cometidas pelo Estado, e ao seu impacto no dia a dia de pequenos grupos e pessoas.

Veena Das explicita sua prática antropológica sobre sofrimento social, deixando clara sua intenção de descrever as respostas das vidas ordinárias aos perigos que seres humanos representam uns para os outros, não pela forma de ascensão ao transcendente, mas de descida à vida cotidiana. Ela diz: “penso na delicada tarefa de reparar a teia de aranha rompida, inspirada por Wittgenstein, como minha metáfora para o compromisso com o sofrimento e a cura que a vida ordinária revela” (Das, 2020a, p. 39).

Milton Santos (2005) também discute o cotidiano. O conceito de espaço, para o geógrafo, deve ser analisado em três escalas de totalidade: o mundo, a formação socio-espacial e o cotidiano, sendo este onde ocorre a dialética entre as verticalidades – relações verticais de hierarquia, externas ao lugar, geralmente novas ao lugar e demandadas pelo mercado ou pelo Estado, e as horizontalidades; estas últimas, relações horizontais de vizinhança e proximidade, internas ao lugar, geralmente antigas e demandadas pelo Estado e pelas pessoas que vivem no lugar. Na dimensão do cotidiano também ocorrem racionalidades e contrarracionalidades, solidariedade organizacional e solidariedade orgânica na totalidade do lugar, onde está a força para enfrentar a globalização como fábula e como perversidade produzida pelas redes, construindo uma globalização como possibilidade.

O lugar, assim como o território, é simultaneamente uma materialidade e uma imaterialidade, é vivido e percebido, é a dimensão espacial do cotidiano, é a escala da totalidade do cotidiano. O lugar é o cotidiano de cada indivíduo, de cada grupo social, de cada agente do espaço (Queiroz, 2014).

TESTEMUNHO, SILÊNCIO E O TRABALHO DO TEMPO

Voz, linguagem, incomunicabilidade da dor, silêncio e inabilidade de expressão estão presentes nas obras de autores que trabalham com sofrimento social. Veena Das descreve “como é possível habitar em um cotidiano repleto de memórias de violências do passado através das linguagens do testemunho, do luto, do silêncio” (Bispo & Das, 2018, p. 276).

Das descreve o testemunho como formas de significados específicos que as falas e os atos das pessoas assumem em seus contextos particulares. A autora entende o luto não no sentido patológico, mas como o momento em que alguém constrói ou reconstrói a sua existência no mundo a partir de uma perda e como esse processo faz parte da constituição da pessoa enquanto sujeito (Parreiras, 2018). O luto é um processo social crucial na sociedade indiana e Das apresenta um trabalho etnográfico minucioso sobre o tema. A ideia de testemunho é apresentada como criatividade no cotidiano, no ordinário, na reconstrução da vida despedaçada através de seus fragmentos de um mundo novamente habitável a partir da agência de pequenos atos diários, em tarefas básicas da sobrevivência, após e mesmo durante eventos extraordinários.

O ato de testemunhar é visto como uma maneira de entender a relação entre violência e subjetividade (Das, 2020a, p. 116) e como uma interseção entre violência e gênero. Das reconhece em Antígona o mito fundador de ser testemunha e voz:

testemunha da violência e voz contra o apagamento, a morte da morte através do esquecimento. Luto e morte aparecem em seu trabalho como próximos do testemunho sobre violência. Testemunho é voz em momento de transgressão, que nem sempre aparece nas narrativas do ordinário com palavras, mas também pela corporalidade, o silêncio, os gestos, os rituais.

Veena Das considera o silêncio como linguagem, alinhada com Wittgenstein, uma demonstração de voz calada muitas vezes pela violência e que se comunica através dos corpos e dos atos. Os silêncios estão repletos de significados, muitas vezes de sofrimento e dor. No entendimento da antropóloga, sofrimento e dor são muitas vezes causados por violências que rompem limites do suportável, de um mundo conhecido existente, mas também levam à reconstrução de outro. Sofrimento gera um *conhecimento envenenado ou venenoso*, um poço de mágoa, raiva e dor, mas que também permite a solução de muitas situações e a continuidade da vida. Se a violência é constitutiva do sujeito, a resistência também o é (Das, 2020b).

As mulheres são personagens prioritárias na etnografia de Das. As narrativas femininas permitem visibilizar as violências caladas através do silenciamento das vozes das mulheres. Seus testemunhos sobre as brutalidades sofridas também se manifestam através de seus corpos, “uma gramática violenta de gênero” (Pereira, 2010, p. 360). Veena Das, percebendo a expressão de sofrimento das mulheres em zonas de silêncios, compreende o uso de metáforas, figuras de linguagem, como “conhecimento venenoso”, para viabilizar as narrativas dessas mulheres sobre violências brutais. O conhecimento venenoso, resultante do veneno que as mulheres ingerem e guardam dentro de si, vai guiando seu viver cotidiano, nas relações sociais e familiares, na ausência do uso direto de sua voz denunciante (Pereira, 2010). O conhecimento venenoso, fruto do silêncio amargurado das violências sofridas, está no universo do que se pode compreender como sofrimento social.

Kleinman, Das e Lock (1997, p. 12) se referem a incomunicabilidade da dor, sua capacidade de isolar os sofredores e afastá-los dos recursos culturais, especialmente os da linguagem, o que ocorre muitas vezes pela assimetria de acesso ao conhecimento da experiência e pela forma como os discursos sobre as experiências de dor são expressados ou silenciados. Renault (2017), por sua vez, afirma que o discurso do sofrimento não aprisiona os indivíduos na posição de vítimas – é o silêncio e a inabilidade de expressar o sofrimento que condena as pessoas à impotência.

Veena Das tem na linguagem, no uso das palavras, um dos fios constantes na tessitura de seu trabalho. Em consonância com Foucault, vê no trabalho do tempo, das palavras acumuladas na história, uma construção coletiva de muitas vozes que ampliam as narrativas individuais. A memória, para Das, também é o trabalho do tempo, que traz narrativas, voz e vozes de histórias. O tempo, visto como uma possibilidade de agência na ausência da voz e permite que as mulheres, protagonistas de sua pesquisa etnográfica, coloquem-se como sujeitos em um processo de resignificação, reescrita e reconstrução de suas relações (Pereira, 2010).

“Qual é a minha voz?” é um trabalho incessante do sujeito na busca de se distinguir individualmente do coletivo. Na escuta dos testemunhos, das narrativas, principalmente as do cotidiano, do ordinário, coloca-se o desafio do questionamento entre a voz do coletivo, absorvida pelo sujeito, e a voz de sua própria experiência.

As mulheres são as principais artesãs do *trabalho do tempo*, uma experiência ativa e não passiva, como aparece em ditos populares como “o tempo tudo cura”, uma agência *no* tempo e não somente *do* tempo. Histórias de mulheres narradas nos livros de Veena Das mostram o uso do tempo como um poderoso aliado que lhes permite ir tecendo atitudes possíveis, respostas viáveis no cotidiano em tempos de violência, opressões variadas, tragédias e destruição.

O trabalho do tempo pode ser um espaço de estratégia, de construção de narrativas e ações, não só um espaço de paciência e resiliência. O tempo é um aliado para as mulheres saírem do lugar de vítimas e, também, para os agentes sociais ampliarem os campos de possibilidades de agenciamento, agarrando no cotidiano os fragmentos que podem constituir bases estruturantes para a ação.

A agência, em um mundo devastado (...), pode passar pela espera paciente, pelo silêncio, pela gestão de tensões e conflitos cotidianos. Assim procedem Asha e Manjit, suas (Veena Das) interlocutoras, buscando fazer com que o trabalho do tempo as favoreça, que cure relações, ao invés de destruí-las, como bem sabem que é possível.

O tempo é dotado, ele mesmo, portanto, de capacidade de criar, de fazer nascer ou desmoronar mundos. Ao formular o tempo como trabalho, Das procura direcionar seu interesse não para as concepções ou as imaginações de tempo, mas para sua presença ativa nos processos e nas histórias que fazem as vidas (Vianna, 2020, p. 7)

Pensando sobre tempo/temporalidades, Veena Das reflete sobre o tempo físico e o tempo fenomenal, questões abordadas por filósofos e antropólogos como ela, e se pergunta: “Quando um evento começa? Quando termina? Qual a relação entre tempo e subjetividade? Existe uma duração ou há muitas?” (Das, 2020b, p.137). A diferença entre essas duas categorias de tempo pode estar situada entre o tempo do acontecimento e o tempo da narrativa, a verdade histórica e a do relato. Um evento físico pode atravessar um evento fenomenal, e vice-versa, e a duração desse atravessamento pode ser extremamente diversa. Refletir e estar atento à interseccionalidade do tempo e da subjetividade, assim como olhar o transcorrer do tempo como oportunidade de agência do sujeito, são movimentos presentes no dia a dia do terapeuta, abordados de diferentes formas.

MARGEM

A noção de margem, elaborada por Das e Poole (2008) a partir de pesquisas nas periferias de Nova Déli, Índia, e no Peru, contribui significativamente para a compreensão da vida nos territórios periféricos brasileiros. Como apresentam na obra, em 2004, Veena Das e Deborah Poole realizaram um seminário nos EUA durante o qual solicitaram a colegas de todo o mundo que refletissem acerca do que se constituiria uma etnografia do Estado incrustada em práticas, lugares e linguagens consideradas como às margens do Estado-Nação. O livro publicado com os resultados dessa pesquisa poderia certamente ter incluído o Brasil, como incluiu os países latino-americanos Colômbia, Peru e Guatemala. A abordagem teórica e de práticas sobre a movimentada relação do Estado e suas margens é mais uma interseção com análises mais amplas e complexas das sociedades nas quais terapeutas e clientes estão inseridos.

Uma questão inicial provocativa elaborada por Das e Poole, dentro de uma perspectiva excepcional das margens para se compreender o Estado, infere que essas margens territoriais e sociais não são lugares de desordem e desgoverno, mas sim implicações necessárias do Estado – margens e Estado estão entrelaçados, em retroalimentação. “O estado está ali o tempo todo, de muitas formas, em relações negociadas o tempo inteiro” (Parreiras, 2018, *online*). É um convite para repensar os limites entre centro e periferia, público e privado, legal e ilegal, em como as práticas e as políticas de vida nessas áreas

formatam o que se pode chamar de Estado, suas atuações reguladoras e disciplinadoras, por meio de um conhecimento que privilegia a *experiência* (Das & Poole, 2008).

As autoras invertem o jogo: querem entender o Estado a partir das margens, e não a partir de ideias pré-concebidas do centro sobre as periferias, e como ele se manifesta no cotidiano, no ordinário das experiências, não pelas políticas públicas mais amplas. Em seu curso sobre o pensamento de Veena Das, Parreiras (2018) contrasta a ideia de que o Estado está ausente nas favelas e periferias. “Está ausente?”, pergunta e responde imediatamente que não, “o estado está o tempo todo lá, mesmo que pareça invisível”. A presença do Estado se faz sentir, por exemplo, pela repressão policial e pela saúde, pelos agentes públicos que estão no território. Entretanto, qual noção de Estado têm os moradores da periferia? Como vivenciam o Estado no micro, no cotidiano? Nomeiam o Estado? Percebem o Estado? As políticas públicas também funcionam como presentes/ausentes nas margens: salvam, mas também matam pela falta de recursos (Parreiras, 2018, *online*).

A relação contraditória entre violência e as funções de ordem do Estado é chave, segundo Das e Poole (2008), para se entender os problemas das margens, a reivindicação do Estado do monopólio de uso da força física para impor a ordem, a “paz”. Essa visão da vida política imagina o Estado como um projeto político sempre incompleto, sempre se ajustando, ajustando suas regras e limites, para combater a selvageria, a anarquia e a barbárie que o ameaça.

Reunidos os trabalhos dos vários antropólogos que responderam à solicitação de Das e Poole no seminário, as diferentes ideias sobre margens as conduziram a formular três conceitos: margens como periferias, margens como questões de legibilidade e ilegitimidade e margens como espaços entre corpos, a lei e a disciplina. Esses conceitos, defendem as autoras, mostram modos distintos de ocupação de margens mais amplos do que vistos apenas através de histórias de exclusão (Das & Poole, 2008).

As margens como periferia são percebidas como locais que naturalmente contêm pessoas consideradas insuficientemente socializadas na lei, as tais selvagens, bárbaras, anárquicas. Os antropólogos aqui se interessaram em entender quais são as tecnologias de poder específicas através das quais o estado “administra” e/ou “pacifica” as populações, empregando tanto força quanto uma pedagogia de transformar pessoas ingovernáveis em sujeitos da lei e dóceis ao estado.

As questões de legibilidade e ilegitimidade nas margens se dedicam a entender as práticas escritas do Estado, como as exigências e usos de documentos e as estatísticas que consolidam o controle do Estado sobre os sujeitos (que só são considerados como tal devidamente documentados e contados), populações, territórios e vida, sua legibilidade. Entretanto, há pesquisas que apontam a ideia de que o estado simultaneamente desenvolve formas e práticas que demonstram sua ilegitimidade com palavras, ações e documentos, criando desigualdades de acesso aos serviços públicos, dificultando a integração social de populações mais vulneráveis, estabelecendo diferentes categorias de cidadania.

Analisar as margens como espaços entre corpos, a lei e a disciplina, parte da consideração de que o poder soberano que o Estado exerce não afeta somente territórios como também os corpos que o habitam. Muitos antropólogos, ressaltam Das e Poole, empregaram a ideia de biopoder/biopolítica, baseada em Foucault, observando nas margens como a disciplina coloniza a lei e produz categorias patologizantes por meio de táticas parasitas da lei (Das & Poole, 2008).

A formulação de três perguntas em seu texto promoveram um diálogo de Das e Poole (2008) com autores como Walter Benjamin, Carl Schmitt e Agamben: como a lógica da exceção funciona em relação às margens? Como se reivindica a cidadania econômica e política? Como entendemos o funcionamento do estado biopolítico a

partir da perspectiva de regiões cujas experiências não têm alimentado esse conjunto de problemas conceituais? Além dessas, outra pergunta é colocada pelas autoras em seu texto sobre o direito, as margens e a exceção: como são os contextos nos quais a guerra e outras formas de violência coletiva são experimentadas como estados de crise ou de exceção?

A violência coletiva nas margens é vivida como rotina, mesmo quando compreendida como exceção, pois não deveria fazer parte da vida cotidiana. Uma das percepções afinadas com o que trazem Das e Poole é a manutenção de um estado em suspensão, um medo e apreensão constantes, causados por rumores¹, na concepção de Veena Das (2020a), pela certeza indefinida no tempo de quando serão deflagrados um novo tiroteio, novos controles disciplinadores e restritivos do comportamento no território, determinados pelos donos do local, uma outra conflagração generalizada ou as brutais entradas da polícia. Apesar de se beneficiarem das discussões advindas das questões acima, as autoras esclarecem que seu conceito de margem vai além do sentido de exceção, do que pode ser contido em espaços ou períodos particulares, em formas opostas à atuação “normal” do estado, vai além do entendimento de que o estado de exceção ampara uma teoria de soberania que está tanto dentro como fora da lei (Das & Poole, 2008).

Da discussão com o pensamento de Agamben, que resgatou a figura do *Homo Sacer*, da lei arcaica romana, e sua encarnação como “vida nua”, que pode ser tirada por qualquer um, sem mediação da lei e sem incorrer em homicídio, Das e Poole (2008) emprestam a implicação de que há certos corpos “assassináveis”, porque considerados fora do alcance da lei. Aqui encontramos paralelo com o pensamento de Butler (2019) de corpos menos humanos e, portanto, passíveis de sofrer violência, habitantes da zona do não ser de Fanon, da zona selvagem de Boaventura (Sevalho & Dias, 2020), zona do ser menos de Freire (1987).

Diferentemente do estado de exceção, Das e Poole (2008) esclarecem que sua busca das margens se apoia sobre as práticas que parecem relativas a uma contínua redefinição da lei, através de formas de violência e autoridade que podem se apresentar extrajudicialmente, fora do estado; um poder encarnado, por exemplo, na figura de policiais ou do patrão. Estes representam figuras de autoridade local, que se movem entre a apelação e o cumprimento das leis e as práticas ilegais, entre formas de poder privado personalizado e a autoridade legal impessoal e neutra do Estado. São figuras como o gamonal peruano, os paramilitares colombianos, as forças de segurança do Rio de Janeiro.

Dimensões essenciais nessas reflexões sobre margens abordam a relação entre seu movimento cotidiano constante, no interior e fora do estado, e a promoção de estratégias criativas de resistência e sobrevivência (Das & Poole, 2008), sem romantizar ou menosprezar as forças opressoras que ali se impõem. O que se quer chamar atenção é que há luta, e não simples passividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entrar em diálogo estreito com outras disciplinas é uma práxis da terapia sistêmica de família, a origem e a base da formação do seu arcabouço teórico-prático ao longo de seu processo histórico. Esse diálogo enriquece e não entra em contradição ou conflito com a defesa da estruturação e reconhecimento da terapia de família como campo teórico-prático específico. Ainda que fora das oficialidades acadêmicas e/ou de exercício legal profissional no Brasil (diferente de outros países que reconhecem nossa atividade profissional como específica), a luta pelo campo de conhecimento da terapia de família não só é possível como faz jus ao desempenho, às atividades teóricas e às práticas desenvolvidas e apropriadas pelos muitos profissionais terapeutas no Brasil.

¹ Rumor, para Das (2020a, p. 164), trata-se de voz sem fonte reconhecível, sem assinatura, geradora de uma vulnerabilidade na confiança na normalidade das palavras e que leva a formas de ação sem controle, podendo desempenhar uma função crítica ou criar condições letais para a circulação do ódio. É concebido para se espalhar, em linguagem contagiante, como podemos observar hoje no uso de fake news nas mídias sociais.

Os conceitos aqui abordados de forma concisa podem contribuir para uma visão ampliada do exercício profissional dos terapeutas sistêmicos de família. Esses conceitos atuam redimensionando a capacidade analítica desses profissionais e suas possibilidades terapêuticas, no sentido de olhar para os indivíduos, famílias e grupos como sujeitos situados historicamente, atores ativos e também receptivos das condições sócio-econômicas-culturais, entre outras, de seu tempo, de seu lugar, de suas formas relacionais com o mundo onde se inserem.

REFERÊNCIAS

- Barata, R. B.** (2009). *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde?* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Bispo, R., & Das, V.** (2018). :affliction: health, disease, poverty. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, 24(1), 275-279. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/WxhLTQtRyQcCQVySTCZrs8F/?lang=pt#>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- Bourdieu, P.** (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.
- Butler, J.** (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Cavell, S. F.** (2007) In: DAS, V. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press.
- Collins, P. H., & Bilge, S.** (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- Das, V.** (2020a). *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp.
- Das, V.** (2020b). *Textures of the ordinary: doing Anthropology after Wittgenstein*. New York, NY: Fordham University Press.
- Das, V., & Poole, D.** (2008). El estado e sus márgenes: etnografías comparadas. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, [s. l.], (8). Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/678285/RI_8_9.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 jun. 2020.
- Freire, P.** (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kleinman, A.; Das, V., & Lock, M.** (1997) *Social suffering*. Los Angeles: University of California Press.
- Lima, J. G., & Baptista, L. A.** (2013). Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, Natal, 20(33), p. 449-484, jan./jun. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7526>. Acesso em: 16 out. 2020.
- López, M. V.** (2011). O conceito de experiência em Michel Foucault. *Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul*, 19(2), p. 42-55, jul./dez. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2367>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- Nicolazzi, F.** (2004). A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. *Anos 90, Porto Alegre*, 11(19/20), p. 101-138, jan./dez. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31543>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- Parreiras, C.** (2018). *Veena Das - apresentação biográfica e principais conceitos* (Aula 01 - Curso de Difusão FFLCH-USP). [s. l.: s. n.]. 1 vídeo (2h09min). Publicado pelo canal Numas Extensão. (Curso de Difusão “Entre margens, violência e sofrimento: introdução ao pensamento de Veena Das”). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8-u3wz9xPXE&list=PLMbYexyVJjcJ_JgHch4TG0sSjLBVKCb_E&index=14&t=0s. Acesso em: 7 maio 2020.

- Pereira, P. P. G.** (2010). Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. *Cadernos Pagu*, [s. l.], (35), p. 357-369. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZLcQCY8Dj4vsDvtxLwFxyDD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- Peres, J. L. P.** (2021). *Comorbidades sociais e Covid-19: a desigualdade como desafio da gestão pública em tempos de crises*. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública. (Série Cadernos Enap, n. 86; Coleção Covid-19 Fast Track).
- Porta, S. K.** (2002). Em torno de la experiencia: L. Wittgenstein y C. I. Lewis. *Areté: Revista de Filosofia*, Maracaibo, 14(2), 211-247. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/arete/article/view/1694>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- Pussetti, C., & Brazzabeni, M.** (2011). Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas de assistencialismo. *Etnográfica [Online]*, [s. l.], 15(3), 467-478. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1036>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- Queiroz, T. A. N.** (2014). Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. *Para Onde?*, Porto Alegre, 8(2), 154-161, dez. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/61589>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- Renault, E.** (2017). *Social suffering: sociology, psychology, politics*. London: Rowman & Littlefield.
- Santos, M.** (2005). O retorno do territorio. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, 6(16). Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>
- Sevalho, G., & Dias, J. V. S.** (2020). Frantz Fanon, descolonização e o saber em saúde mental: contribuições para a Saúde Coletiva brasileira. *Ciênc. Saúde Colet.*, Rio de Janeiro, dez. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/frantz-fanon-descolonizacao-e-o-saber-em-saude-mental-contribuicoes-para-a-saude-coletiva-brasileira/17869?id=17869>. Acesso em: 20 maio 2021.
- Thompson, E. P.** (1987). *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Vianna, A.** (2020). Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das. *Mana*, Rio de Janeiro, 26(3), e263206. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/qnhj7R44MGVbjt48RKDwNVL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- Victora, C.** (2011). Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da antropologia. *RECIIS (Online)*, Rio de Janeiro, 5(4), 3-13, dez. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/764>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- Villaça, C. C.** (2021). *Sofrimento social no trabalho da atenção primária à saúde: a experiência dos Agentes Comunitários de Saúde em tempos de pandemia por COVID-19*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.
- Werlang, R., & Mendes, J. M. R.** (2013). Sofrimento social. *Serv. soc. soc.*, São Paulo, (116), p.743-768, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZgB7nvx4ps8DmGFnvNVBYmd/abstract/?lang=pt#.20Acesso20em:202220jun.202020>.

CRISTINA CAMPOS VILLAÇA

Terapeuta relacional sistêmica de casal e família. Assistente social. Consultora em relacionamento e desenvolvimento organizacional. Mestre em Saúde Pública na ENSP/Fiocruz.

E-mail: villacacristina@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1935-0281>